



<http://10.5380/jpe.v20i0.99768>

ARTIGO

Trabalho, educação e juventude: o pragmatismo empresarial na educação pública paranaense (2020-2024)

Works, education and youth: business pragmatism in paraná's public education (2020-2024)

Trabajo, educación y juventud: el pragmatismo empresarial en la educación pública paranaense (2020-2024)

*Eliana Cláudia Navarro Koepsel*¹

*Eliane Cleide da Silva Czernisz*²

Citação: KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. Trabalho, educação e juventude: o pragmatismo empresarial na educação pública paranaense (2020-2024). *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 20, e99768. Fevereiro de 2026.

Submetido em: 23 de maio de 2025
Aprovado em: 25 de setembro de 2025

Resumo: Este texto resulta de pesquisa que investiga a implementação de projetos pedagógicos concebidos e realizados por 23 instituições privadas que estabeleceram acordos de cooperação com o governo do Paraná entre 2020 e 2024. Desses, 21 direcionam-se ao Ensino Médio. Serão analisados 3 convênios, firmados com a Khan Academy Brasil, a Fundação Itaú e o Instituto Iungo. A análise considera a categoria teórica de Aparelho Privado de Hegemonia como espaço de organização e enfrentamento entre classes sociais. A metodologia adotada é exploratória e documental. Analisam-se as motivações pedagógicas, políticas e ideológicas que levaram o Estado a firmar parcerias com diversas instituições. Os acordos firmados com a rede estadual de ensino do Paraná têm um impacto amplo na organização pedagógica, no planejamento educacional e na relação estabelecida entre educação e trabalho. Notou-se o desenvolvimento

¹ Doutora em Educação. Professora adjunta do Departamento de Fundamentos da educação (DFE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá/PR/Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0429-4160>. E-mail: ecnkoepsel@uem.br

² Doutora em Educação. Professora Associada do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina/PR/Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4317-6052> E-mail: eczernisz@uel.br

de uma progressiva falta de envolvimento da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico, transformando-o em uma simples formalidade. Assim, a escola, sem um direcionamento contínuo, passa a operar de maneira adaptativa e a replicar o que é estabelecido externamente. Sob uma gestão centrada na supervisão de projetos e programas, ocorre um planejamento desvinculado das necessidades dos estudantes e da comunidade. Essa situação favorece interesses capitalistas, criando uma alternativa de governança que reduz o diálogo democrático no cenário das políticas educacionais, estreita a função social da escola ao imediatismo e marginaliza instituições de ensino e associações científicas.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Ensino Médio; Juventude.

Abstract: This text is the result of a research project that investigates the implementation of pedagogical projects conceived and carried out by 23 private institutions that have signed cooperation agreements with the government of Paraná between the years of 2020 and 2024. Of these, 21 are aimed at High School. Three agreements, signed with Khan Academy Brazil, the Itaú Foundation, and the Iungo Institute, will be analyzed. The analysis considers the theoretical category of the Private Apparatus of Hegemony as a space for the organization and confrontation between social classes. The methodology employed is exploratory and documental, and the pedagogical, political and ideological motivations that led the State to establish partnerships with various institutions are analyzed. The agreements signed with the Paraná state education network have a significant impact on pedagogical organization, educational planning, and the relationship established between education and work. The findings demonstrate a notable decline in the level of engagement by the school community in the development of the Pedagogical Political Project, which has transformed it into a mere formality. Consequently, the school, lacking consistent guidance, begins to operate in a reactive manner, replicating external mandates. With management concentrated on monitoring projects and programs, planning is detached from the needs of students and the community. This scenario benefits capitalist interests, creating an alternative form of governance that reduces democratic dialogue in educational policy; narrows the social function of schools to immediacy; and marginalizes educational institutions and scientific associations.

Keywords: Education; Work; High School; Youth.

Resumen: Este texto resulta de una investigación que analiza la implementación de proyectos pedagógicos desarrollados y ejecutados por 23 instituciones privadas que firmaron acuerdos de cooperación con el gobierno de Paraná entre 2020 y 2024. De estos, 21 son para estudiantes de secundaria. Se analizarán tres colaboraciones firmadas con Khan Academy Brasil, la Funcación Itaú y el Instituto Iungo. El análisis considera la categoría teórica de Aparato Privado de Hegemonía, la cual representa un espacio organizativo y de confrontación entre clases sociales. La metodología adoptada es exploratoria y documental, analizando las motivaciones pedagógicas, políticas e ideológicas que llevaron al Estado a establecer asociaciones con diversas instituciones. Los acuerdos firmados con la red estatal tienen un impacto amplio en la organización pedagógica en la planificación educativa y en la relación que se establece entre educación y trabajo. Se observó una progresiva falta de involucramiento de la comunidad escolar en la construcción del Proyecto Político Pedagógico, transformándolo en una simple formalidad. Como consecuencia, la escuela, sin un direccionamiento continuo, comienza a operar de manera adaptativa y a replicar lo que se establece externamente. Bajo una gestión centrada en la supervisión de proyectos y programas, se da una planificación desvinculada de las necesidades de los estudiantes y la comunidad. Esta situación favorece intereses capitalistas, creando una alternativa de gobernanza que reduce el diálogo democrático en el contexto de las políticas educativas limita la función social de la escuela a la inmediatez y margina a las escuelas y asociaciones científicas.

Palabras clave: Educación; Trabajo; Enseñanza Media; juventud.

Introdução

Este artigo resulta de pesquisa sobre a intervenção na educação pública de nível básico feita por instituições, fundações e organizações não governamentais vinculadas ao setor empresarial. São apresentadas as razões pedagógicas, políticas e ideológicas que levaram o Estado a adotar esses projetos por meio de acordos ou convênios. Trata-se de

um estudo exploratório de natureza documental que utiliza literatura relevante sobre o tema, além dos termos e contratos de parcerias público-privadas disponíveis no site da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed/PR) durante o período de 2020 a 2024. No período estudado, foram identificados 23 contratos³ com o estado do Paraná, em um momento bastante importante de assimilação das escolas sobre o sentido atribuído à reforma e sua implementação. São essas as instituições que estão introduzindo termos e conceitos.

Neste texto, destacamos apenas três convênios efetivados pelo governo do estado do Paraná – com a Khan Academy Brasil, a Fundação Itaú e o Instituto Iungo –, que, em síntese, evidenciam, em sua forma mais aparente e em aspecto formal, a abrangência das ações no que diz respeito à padronização curricular, à alteração das práticas pedagógicas e administrativas escolares, ao acompanhamento e à produção de dados, e à formação continuada de professores, pedagogos e gestores no processo de implementação da reforma do Ensino Médio. No aspecto de seu conteúdo, no plano histórico-social, são desenvolvidas ações que atribuem à juventude brasileira um significado específico na relação entre educação e trabalho.

Uma das razões alegadas pelo governo para estabelecer parcerias com entidades ligadas ao setor empresarial e às organizações não governamentais baseia-se na argumentação sobre a relevância da cooperação entre o setor público e as organizações da sociedade civil em favor da educação, especialmente porque tais parcerias não impactam as receitas públicas. Argumenta-se também que essas organizações trazem abordagens embasadas em evidências e nas chamadas experiências exitosas realizadas em outros estados.

Michetti (2023), ao analisar as transformações no *ethos* de elites econômicas, sobretudo embasando-se em Bourdieu, propõe uma reflexão sobre as motivações por trás das “boas ações” realizadas por essas elites. Ela argumenta que, segundo Bourdieu, para

³ Para registro, no período de estudo, foram firmados acordos de cooperação com as seguintes instituições: Banco Central do Brasil; Vetor Brasil; Itaipu Binacional; Instituto Latino-Americano de Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Sustentável (Instituto Êxito de Empreendedorismo); Instituto GRPCOM; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná (SEBRAE/PR); Khan Academy Brasil; Associação Nova Escola; Fundação Itaú; Associação Instituto Iungo; Sincroniza Orientação e Assessoria em Educação Ltda. e Instituto Lemann; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — Departamento Regional do Paraná (SENAI/PR); Associação Cactus; Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Departamento Regional do Paraná (SENAT); Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Senar/PR; Instituto Lemann, Instituto Natura e Associação Bem Comum; Associação Bem Comum / Associação Nova Escola; Instituto Compartilhar; Oliveira Foundation; Seab, Sedest, Seju, Senar e Faep.

entender o “interesse em ser desinteressado”, não se devem buscar explicações simplistas como cinismo ou virtude, mas sim observar as disposições e as “tomadas de posição de classe”. Por esse raciocínio, Michetti (2023) sugere que a verdadeira questão a ser compreendida está no campo da luta de classes, na qual essas disposições e atitudes se materializam. A luta entre capital e trabalho não apenas define as ações das elites, mas também molda a forma como essas ações são percebidas e justificadas na sociedade. As boas ações, muitas vezes revestidas de altruísmo ou desinteresse, podem, na verdade, ser expressões de estratégias de classe que visam consolidar a hegemonia do capital no campo educacional, mesmo quando aparentemente inexistem.

Fontes (2020) destaca que não existe “capitalismo filantrópico”, enquanto reconhece a existência de filantropia no capitalismo, visto que “esse é um privilégio da desigualdade” que o sistema capitalista perpetua. Assim, longe de constituir uma solução ou atitude altruísta, trata-se de uma estratégia para consolidar o poder e os interesses do capital, aprofundando a desigualdade e a exploração. Em adição, a autora argumenta que “a ampliação do Estado a partir de entidades empresariais sem fins lucrativos – aparelhos privados de hegemonia – é positiva apenas para o capital, pois pavimenta seu avanço sobre os recursos públicos (educação, saúde, previdência)” (p. 15). Na realidade, observamos que são incorporadas práticas empresariais no sistema de ensino público por meio de projetos, o que, como resultado, restringe a participação mais ampla da sociedade na gestão da rede pública de ensino.

A análise leva em conta a interpretação de Gramsci (1978, p. 10) sobre a concepção de Estado, que se divide em dois principais “planos” superestruturais:

[...] o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem a função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando que se expressa no estado e no Governo ‘jurídico’.

De acordo com Fontes (2020, p. 16), é impossível dissociar completamente os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) das instituições públicas, “sendo a sociedade civil constitutiva do próprio Estado capitalista”. São, precisamente, essas organizações – escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais e entidades culturais, como revistas, jornais, editoras e meios de comunicação de massa – que compõem a sociedade civil, desempenhando o papel de elaborar e/ou de disseminar as

ideologias na organização da vida social, bem como na articulação e manutenção das relações de poder (Coutinho, 1989). Para esse autor, os APH buscam ser atuantes por meio da orientação política anunciada como resultado de consenso, ocultando o dissenso. Por isso, eles constituem ferramenta para preservar ou para promover uma determinada base econômica de acordo com os interesses de uma classe dominante. Por esse motivo, concordamos com Fontes (2020, p. 16) de que o “aparelho privado de hegemonia é a categoria teórica capaz de abranger a diversidade e as lutas sociais contidas na sociedade civil, espaço organizativo e de lutas de classes”.

Este texto está organizado em três partes, além desta introdução. Na primeira delas, analisamos de que forma a desigualdade serve tanto como motivo quanto como privilégio para a atuação dos APH no campo da educação. Em seguida, apresentamos alguns convênios e acordos de cooperação, nos quais buscamos identificar as motivações pedagógicas, políticas e ideológicas subjacentes. Na última parte, oferecemos algumas considerações finais, sintetizando as discussões e apontando implicações para o campo educacional.

O privilégio da desigualdade e a dinâmica dos APH

No texto de 2013 intitulado *Educação para o mundo do trabalho: documento conceitual*, a Confederação Nacional da Indústria – CNI – (2013) argumentava que a baixa competitividade produtiva do Brasil se devia à educação de qualidade insuficiente. Como prova dos denominados “reflexos danosos na produtividade” (CNI, 2013, p. 10), destacava que, no Ensino Fundamental, o Brasil estava na 126.^a posição entre os países avaliados e no Ensino Médio, no Ensino Superior e nos treinamentos a posição era a 116.^a.

O “diagnóstico da ineficiência educacional e da inadequada capacitação dos jovens para o mercado de trabalho” (Deitos; Lara, 2016, p. 170) é um recurso recorrente do meio empresarial e das agências internacionais para reforçar as suas recomendações de políticas para reformar a educação há alguns anos.

Vamos lembrar, por exemplo, que, em novembro de 2013, o Projeto de Lei n.º 6.840, de 27 de novembro de 2013 (Brasil, 2013), foi apresentado em Plenário pela Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (Ceensi). A justificativa apresentada pela Ceensi refletiu os argumentos do

setor empresarial sobre a ineficácia do ensino. Vejamos como a ineficiência na área da educação é abordada nesse documento:

O consenso foi de que o atual currículo do ensino médio é ultrapassado, extremamente carregado, com excesso de conteúdos, formal, padronizado, com muitas disciplinas obrigatórias numa dinâmica que não reconhece as diferenças individuais e geográficas dos alunos. Há que se ampliem as possibilidades formativas do ensino médio, de modo a torná-lo adequado às necessidades do jovem de hoje, atraindo-o para a escola (Brasil, 2013, p. 7-8).

A CNI (2013) reflete a visão do setor empresarial sobre a educação. Ela apresenta inicialmente aquilo que considera como diversos desafios e, em seguida, se declara como líder entre os protagonistas da sociedade civil dedicados à melhoria da qualidade educacional. Além disso, a organização menciona os agentes envolvidos em ações classificadas como exitosas no campo educacional:

Nos últimos anos, a CNI tem liderado, apoiado e acompanhado a mobilização de protagonistas expressivos da sociedade civil que, conscientes do quadro descrito, desenvolvem ações de responsabilidade social visando à melhoria da qualidade da educação no país. Casos exitosos como os da Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Fundação Brava, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Fundação Lemann, dentre tantos outros, revelam o compromisso do mundo empresarial com a elevação dos padrões educacionais da população brasileira (CNI, 2013, p. 27).

Esses agentes do “mundo empresarial”, para utilizar o mesmo termo, atuaram com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), órgão que facilitou o acesso das fundações e dos institutos ao fornecer suporte técnico e financeiro às redes estaduais (Cássio; Goulart, 2022) no processo de implementação do “novo” Ensino Médio nos estados, em que essas fundações e institutos continuam como parceiras. Tarlau e Moeller (2020) destacam a interconexão entre esses parceiros, a qual é evidenciada em uma entrevista com Manuel Palácios⁴, que constatou o suporte operacional da Fundação Lemann fornecido ao Consed. Ao não poder contar com o suporte dos estados, o financiador desempenha um papel ativo:

⁴ Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo foi Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) entre 2015 e 2016.

Manuel Palácios recordou, em particular, a importância desse apoio financeiro para esses grupos: 'O Consed tem grande dificuldade de financiamento, porque os estados não conseguem dar suporte operacional ao conselho. Então eles trabalham muito com fundações. No caso da BNCC [Base Nacional Comum Curricular], a Lemann sempre colocou esse apoio à disposição do Consed'. Portanto, a Fundação Lemann estava sempre à mesa, já que, literalmente, pagava o almoço (Tarlau; Moeller, 2020, p. 575).

A reforma do Ensino Médio e a implementação da BNCC foram decisivas para uma atuação empresarial ampliada e de abrangência nacional. Na publicação intitulada *Educação STEAM: insumos para a construção de uma agenda para o Brasil*, a CNI (2021, p. 14) destaca a importância de reavaliar a educação, considerando-a "como um dos eixos da competitividade". Com base nessa premissa, é estabelecido o Grupo de Trabalho de Engenharia/STEAM, formado por representantes do setor produtivo, do meio acadêmico e do governo. Embora o documento expresse o seu desapontamento por não ter atingido uma abrangência nacional, ele ressalta a necessidade de aproveitar a oportunidade que a reforma do Ensino Médio e a implementação da BNCC oferecem, em decorrência do potencial para disseminar sua abordagem educacional:

O país encontra-se, todavia, diante de uma grande oportunidade de alcançar efeitos sistêmicos significativos, em tempo relativamente curto, devido à possibilidade de introdução da agenda STEAM no bojo do processo de efetivação das inovações trazidas pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e pela Reforma do Ensino Médio. Os itinerários formativos do Ensino Médio, em particular em construção nos estados, podem ser uma porta de entrada para a disseminação dessa abordagem educacional (CNI, 2021, p. 17).

O levantamento referente ao período de 2022-2023 oferece uma centelha sobre a atuação do setor empresarial na educação. Os resultados revelam que 71% das organizações participantes do Censo estão envolvidas em iniciativas na área da educação. Para 33% delas, a educação é a principal área de atuação, seguida de perto por "inclusão produtiva, empreendedorismo e geração de renda" (Grupo de Institutos Fundações e Empresas [Gife], 2023, p. 89).

Pesquisas têm evidenciado que uma maneira de aumentar o impacto e a influência dessas organizações é por meio do estabelecimento de parcerias com outras entidades que compartilham da mesma causa. As ações empresariais têm sido coordenadas dentro

de uma rede colaborativa. As parcerias são estabelecidas por meio de conexões com outros colaboradores, realizadas em conjunto com uma rede de parceiros. Posteriormente, essas ideias e iniciativas são replicadas em outros estados, geralmente sob a identificação de boas práticas, experiências exitosas ou bem-sucedidas.

Segundo Evangelista e Leher (2012, p. 1) a ação em rede de APH para impactar as políticas educacionais públicas ganhou destaque “por meio de uma coalizão de grupos econômicos organizados no Compromisso Todos pela Educação (TPE)”. Fundado em 2006, o TPE (2023) se autodefine como “uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil”.

Tarlau e Moeller (2020, p. 555) ilustram o modo como diversas entidades corporativas e privadas se uniram para “angariar poder e influência em diferentes escalas e refazer a educação pública à sua imagem e semelhança”. As autoras também destacam a maneira como “fundações do Sul Global aprendem com fundações e processos de políticas públicas do Norte Global a influenciar com eficácia as trajetórias educacionais, com base em visões específicas de sociedade e de escolaridade” (p. 555-556). Um avanço que não seria possível sem a participação ativa do Estado, que administra em favor desses agentes.

As propostas de fundações e institutos privados são difundidas e oficializadas com o aval do Estado. Os agentes privados desempenharam um papel ativo na formulação da política voltada à reforma do Ensino Médio, contribuíram para sua implementação em todo o país e estão disponibilizando seus serviços, produtos e assessoria para as redes de ensino público. Dessa forma, eles têm impacto direto na redefinição das prioridades políticas e na gestão dos recursos públicos.

A prática da filantropia complementa outras estratégias adotadas por APH, unindo poder econômico e influência política. Mesmo não envolvendo um interesse econômico óbvio, visto que se trata da oferta de serviços e produtos sem a utilização direta de recursos financeiros do Estado, é importante notar que a financeirização amplia consideravelmente o volume de capital disponível para ser investido no setor educacional, criando uma sobreposição de interesses, como expressam Galzerano e Minto (2018, p. 75):

Com a financeirização, amplia-se significativamente o montante disponível de capitais para ser adiantado às atividades no mercado educacional. O resultado disso é uma dupla sobreposição do interesse

privado sobre a educação, pois, além de as empresas educacionais terem nas suas atividades um meio para a obtenção de lucros, também os investidores do setor financeiro – inclusive estrangeiros – o terão.

Assim, não podemos desvincular as questões, uma vez que estão entrelaçadas e refletem toda a sua complexidade atual. Em alguns casos, a conexão econômica é direta, em outros não, embora haja conexão. A articulação de abordagens adotadas por instituições privadas no campo da educação está intimamente vinculada ao seu poder econômico e político, o que amplia suas possibilidades de garantir acesso aos recursos públicos.

De acordo com Michetti (2019), estamos lidando com o desenvolvimento de uma lógica normativa abrangente que afeta tanto o Estado quanto a subjetividade. Essa abordagem, por um lado, engloba os aspectos valorativos, culturais e ideológicos da educação. Por outro lado, a preparação para o mercado de trabalho, cuja relação econômica não é imediatamente evidente, está presente. Conforme Michetti (2019, p. 305), a esfera ética que influencia as escolhas e atitudes de um indivíduo pode estar conectada a aspectos econômicos, uma vez que a gestão contemporânea das populações é conduzida por meio de uma variedade de “economicização, privatização e financialização, inclusive de âmbitos não pensados anteriormente como econômicos”. Para a autora, haveria um padrão de conduta disseminado de predominância de capital humano que cerca diversos aspectos da vida:

O objetivo constante e onipresente do capital humano, seja no tocante a estudar, fazer estágio, trabalhar, planejar a aposentadoria ou se reinventar em uma nova vida, é empreender, valorizar e aumentar sua classificação ou ranking. Nisto, ele espelha a mesma ordem existente para empresas, países, departamentos acadêmicos ou periódicos, universidades, mídias ou websites contemporâneos: empreendedorizar iniciativas, melhorar o posicionamento e o valor competitivo, maximizar classificações ou rankings (Brown, 2015, p. 36 *apud* Michetti, 2019, p. 305).

Esse indivíduo, concebido segundo os valores de uma empresa, estaria refletindo principalmente na efetivação de “uma retração da esfera pública”, com um arcabouço ideológico que busca legitimar, demandando outras formas de “controle e regulação desses espaços pela lógica do capital” (Galzerano; Minto, 2018, p. 62). Isso indica a maneira pela qual o ser humano é considerado capital, baseando-se em um processo de política social que ressalta um senso de dever do indivíduo em buscar os meios de

empreender as estratégias para prosperar e sobreviver, enquanto condena “a ‘dependência’ e a ‘provisão coletiva da existência’” (Brown, 2015, p. 132 *apud* Michetti, 2019, p. 305), atribuindo a ele toda a responsabilidade. Não por acaso foi anunciado recentemente que entre jovens e crianças o termo “Consolidação das Leis do Trabalho” (CLT) é “utilizado como ofensa, associando-o a falta de sucesso” (Corsini, 2025, p. 1).

Trata-se, essencialmente, da reflexão sobre o que os jovens poderão idealizar em relação ao próprio futuro. No campo pessoal, isso se fundamenta na liberdade de escolha e na busca pela felicidade. Já no plano coletivo, o discurso frequentemente aborda a necessidade de melhores condições na educação. Em última análise, o horizonte dos projetos de vida dos alunos da rede pública tende a se moldar conforme as demandas do capital, o qual enxerga os jovens como recursos humanos. Essa lógica está nítida no documento elaborado pela CNI (2021, p. 14):

Por reconhecer a necessidade de se pensar na educação como um dos eixos da competitividade, a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), movimento coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), trabalha em favor de uma agenda efetiva sobre **formação de recursos humanos** como parte de sua missão. Fruto disso, criou o Grupo de Trabalho de Engenharia/STEAM (da sigla em inglês para ciência, tecnologia, engenharia artes e matemática), integrado por representantes do **setor produtivo, da academia e do governo, para debater e apresentar propostas de melhoria da qualidade da educação** como vetor de produtividade, inovação e bem-estar social, apoiando também a implementação dessas ações em conjunto com a sociedade.

O texto do Itaú Educação e Trabalho (2020, p. 121) aborda a relação que se pretende estabelecer entre a educação e o mercado de trabalho:

Ao refletirem sobre seus projetos de vida, os jovens poderão planejar, de acordo com suas expectativas, as possibilidades de percursos formativos que irão realizar ao longo da sua existência. Especialistas e gestores públicos recomendam que o tema “projeto de vida” seja um componente curricular específico, e não desenvolvido apenas de forma transversal, o que requer a atenção de todos os professores em diferentes momentos da rotina escolar. E dado que o trabalho é um dos aspectos da vida, é desejável, portanto, que a formação para o mundo do trabalho esteja presente em todos os itinerários, e não apenas no quinto, cujo foco é a própria EPT.

A conexão entre educação e trabalho tem sido limitada à preparação para o mercado laboral. Esse enfoque restrito da educação foi amplamente disseminado em documentos internacionais sobre políticas educacionais na década de 1990. De acordo com Noma, Koepsel e Chilante (2012, p. 79), o discurso predominante presente nos documentos que analisaram legitima a educação formal como “[...] um fator essencial para o desenvolvimento econômico dos países pobres porque viabiliza o aumento do capital humano e a promoção do desenvolvimento individual e social”. No entanto, a educação com essa função reduzida, imediata, “[...] implica num estreitamento da função social da educação e da escola” (Ibidem).

Convênios e acordos de cooperação: motivações pedagógicas, políticas e ideológicas

É notório o modo como as parcerias e acordos de cooperação estabelecidos entre a Seed e instituições, organizações, fundações, ONGs e empresas têm ampliado as possibilidades de participação desses segmentos nas escolas públicas. Embora tenhamos concentrado nossa análise no estado do Paraná, é essencial salientar que fundações e institutos vêm desempenhando um papel relevante em diferentes redes de ensino público, demonstrando que tais práticas não se restringem unicamente ao contexto paranaense. Esse envolvimento de entidades e empresas nas redes públicas se torna evidente como exemplificado no Termo de Convênio firmado com a Sincroniza Orientação e Assessoria em Educação Ltda. e o Instituto Lemann. No documento, ressalta-se a trajetória desses parceiros, destacando que sua atuação já abrangeu “[...] 173 cidades e 24 estados, beneficiando mais de 750 mil alunos, 22 mil professores, 4.500 escolas e com 680 formações já realizadas” (Paraná, 2022f, p. 3).

Os “aparelhos privados de hegemonia de base empresarial” (Fontes, 2010, p. 276) possuem como uma de suas atividades a atuação focada na educação básica, que se integra a outras ações, visando exercer influência, angariar apoio e promover iniciativas em medidas nacionais ou regionais. Além disso, eles são responsáveis por realizar ou financiar pesquisas de opinião alinhadas aos seus interesses e por gerar conteúdo para a disseminação em plataformas de redes sociais. Os APH empresariais buscam se autodeclarar como agentes de transformação no campo da educação, com o objetivo de adequá-la às necessidades do mercado, conforme relatado pela CNI (2021, p. 71): “As

empresas têm ainda papel fundamental na mudança da cultura pedagógica porque possuem a capacidade de tornar a educação mais contextualizada e alinhada às demandas sociais e de mercado, a partir do seu engajamento direto nos sistemas educacionais”.

Outro aspecto relevante desse processo de engajamento direto nos sistemas educacionais é o fato de possibilitar a prática da liderança na criação e implementação de políticas sem se apresentar de forma direta como tal, o que favorece um certo afastamento em relação à responsabilização pelos resultados obtidos. Frequentemente se volta a atenção para questões técnicas, problemas pontuais ou outros aspectos menores e se afasta o foco do cerne do debate – a concepção da educação voltada à juventude. Durante a discussão da Medida Provisória (MP) n.º 746/2017, a reforma foi extensivamente criticada por suas potenciais consequências, em particular pelos “traços reacionários e de acentuação da desigualdade educacional que impactam a formação da juventude e o trabalho desenvolvido pela escola” (Koepsel; Garcia; Czernisz, 2020, p. 1).

Essas organizações e suas empresas afiliadas, no entanto, constantemente se apresentam como meros representantes de especialistas, agindo como um sujeito coletivo⁵ e difuso. Por meio desse mecanismo, conseguem manter sua liderança atualizada e escapar convenientemente não só das responsabilidades ligadas à condução dos processos sociais, mas também dos seus impactos prejudiciais na formação da juventude brasileira.

Parcerias entre empresas, instituições e ONGs com o estado do Paraná

No período de investigação, foram localizados 23 contratos firmados entre empresas, instituições, ONGs e o estado do Paraná. Esses acordos têm como principal foco a educação básica, com destaque para a implementação da reforma do Ensino Médio⁶ no período de 2020 a 2024. Neste breve espaço, vamos nos deter de forma sucinta em três

⁵ Um exemplo disso ocorreu em 2023, quando a execução da reforma do Ensino Médio foi alvo de intensas críticas, amplamente veiculadas pela mídia. Em meio ao crescente clamor público pela revogação do 'Novo Ensino Médio', a organização Todos pela Educação (2023) publicou, em novembro de 2023, uma nota intitulada *Análise sobre o projeto de lei nº 5.230/2023, enviado pelo Ministério da Educação ao Congresso Nacional, sobre o Novo Ensino Médio*, na qual a atenção se fixou em questões técnicas ou outros aspectos menores.

⁶ Somente 2 dos 23 contratos tinham como foco o Ensino Fundamental: o da Associação Bem Comum e Associação Nova Escola, direcionado à criação de material didático para o 1.º e o 2.º ano do Ensino Fundamental; e o do Instituto Lemann, Instituto Natura e Associação Bem Comum, que, por meio da cooperação entre estados e municípios, focou o Ensino Fundamental, primeira etapa.

desses contratos celebrados entre empresas, organizações não governamentais e o estado do Paraná, destacando a atenção dada à educação básica, especialmente à reforma do Ensino Médio. Esses aspectos oferecem subsídios para compreender tanto o papel do Estado na formulação e gestão de políticas educacionais quanto na articulação da agenda empresarial direcionada à educação básica.

O Acordo de Cooperação entre o estado do Paraná, por intermédio da Seed, e a Khan Academy⁷ Brasil, tem como objetivo promover a utilização da plataforma Khan Academy pelos professores e pelos estudantes da rede estadual. Esse contrato ilustra a variedade de elementos que compõem o que muitos considerariam apenas uma simples plataforma. Essa ferramenta altera a rotina e a autonomia dos educadores e das escolas. Trata-se de uma fundação internacional⁸ conectada à Fundação Lemann, responsável por traduzir e adaptar⁹ o conteúdo das aulas para os estudantes brasileiros. Além disso, interage com outras plataformas, como a RLCO¹⁰ e a Power BI.

O acordo prevê que a Khan Academy inicie oferecendo conteúdos de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências, os quais estão alinhados com os currículos da rede estadual para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. No contrato, está prevista a capacitação continuada de professores, que também atuam como multiplicadores locais, para que eles desempenhem o “papel de acelerador do projeto na escola” (Paraná, 2022c, p. 2). A escola participante deve designar um professor do laboratório de informática ou em cargo equivalente para atuar como multiplicador. Esse profissional é responsável pela “coleta de dados e feedbacks, relatórios de progresso de alunos e professores e assistência ao processo de ambientação da plataforma” (Paraná, 2022c, p. 2). Em relação ao uso da plataforma, o contrato prevê um mínimo de 01 hora/aula por semana, por turma, durante o horário de aula. Quanto à supervisão e à avaliação, “os resultados do projeto serão monitorados por meio de instrumentos de acompanhamento: relatórios integrados ao Power BI e Prova Paraná” (Paraná, 2022c, p. 4).

⁷ A Khan Academy é descrita no Plano de Trabalho do Convênio como uma organização sem fins lucrativos, estabelecida por Sal Khan em 2008, e tem sua sede na cidade de Mountain View, no estado da Califórnia, nos Estados Unidos.

⁸ Conforme evidenciado por Fontes (2020, p. 27), “na atualidade, praticamente todos os grandes APHs empresariais brasileiros envolvem empresas e/ ou Fundações estrangeiras, com grande diversidade de origem nacional, mantendo-se o predomínio das estadunidenses”.

⁹ Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/en/materiais/khan-academy-in-brazil/>

¹⁰ Registro de Classe Online (RCO).

Lima e Moura Júnior (2024) alertam sobre a possível assimilação dessas plataformas sob uma perspectiva neoliberal, explicando que os canais promovem um modelo de ensino com abordagem instrumental e uma visão conservadora predominante. Essas parcerias atuam de maneira abrangente, não apenas alterando o papel desempenhado pelo Estado, mas também desconstruindo o papel do professor, que, aos poucos, pela introdução de um quantitativo de projetos e aplicativos, vai se distanciando de ser o autor em suas aulas para se tornar um mero executor, supervisor e facilitador de aulas prontas.

O acesso exclusivo a informações de estudantes e escolas, bem como a influência na formação de políticas educacionais, pode ser observado no Acordo de Cooperação celebrado entre o estado do Paraná, por intermédio da Seed, e a Fundação Itaú para a Educação e Cultura. Essa colaboração permite à empresa contribuir para a coleta e interpretação de dados relacionados ao monitoramento e à avaliação de estudantes. A parceria visa o fornecimento de “apoio técnico à Secretaria Estadual de Educação e do Esporte do Paraná - SEED” (Paraná, 2022a, p. 2), sem transferências de recursos, com previsão de término em dezembro de 2025. Esse apoio serve “para a implementação [...] do itinerário de formação técnica e profissional [...] e para apoiar ações de monitoramento e avaliação dos estudantes da rede em relação à sua prontidão para o mundo do trabalho” (Paraná, 2022a, p. 2). Entre as competências definidas à conveniente, consta:

Licenciar à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED, do Governo do Estado do Paraná, os serviços e produtos realizados pelo apoio à pesquisa contratada para a realização do monitoramento e avaliação dos estudantes e egressos da educação profissional da rede do Estado do Paraná em relação à sua prontidão para o mundo do trabalho (Paraná, 2022a, p. 3).

As razões para o Acordo da Seed com a Fundação Itaú não fogem ao recorrente *status* de “prestígio e confiança”. Assim, no Plano de Trabalho referente ao Acordo de Cooperação, a Fundação Itaú justifica o trabalho proposto pela sua trajetória de quase 30 anos como uma entidade sólida, vinculada ao Itaú S.A. e, ainda, porque:

[...] a Fundação Itaú, por meio do Itaú Educação e Trabalho desenvolve ações de apoio e incentivo às práticas que contribuam para qualificação da Educação Profissional e Técnica e ampliação do número de estudantes formados no Ensino Médio Técnico, auxiliando o estado na realização das

atividades necessárias para atingir as metas regionais estabelecidas (Paraná, 2022e, p. 1).

Outro motivo alegado para o estabelecimento da parceria entre a Fundação Itaú e a Seed está relacionado ao prazo apertado para o Estado implementar e aprimorar a reforma do Ensino Médio. Também consta no referido Plano de Trabalho que a implementação será realizada de maneira gradual, iniciando no ano de 2022 com a primeira série. Após o período de implementação de três anos, a Fundação Itaú e a Seed levantarão os resultados, e a mantenedora fará os ajustes necessários.

Assim, observamos que, nesse Acordo de Cooperação, se estabelece prioridade à resolução de questões burocráticas e se justifica, em grande parte, a implementação da BNCC e do novo Ensino Médio com a assistência técnica. Nesse encaminhamento, é fixada uma imagem de neutralidade técnica, como se o cerne estivesse na esfera técnica e não na política. No entanto, não podemos esquecer que a rede depende das empresas e de seus especialistas para organizar e mediar não apenas a formulação de políticas, mas também a ação coordenada em sua implementação, moldando, portanto, a educação pública à semelhança das empresas financiadoras, que figuram como favorecidas no acesso à coleta de dados.

O Acordo de Cooperação celebrado entre o estado do Paraná, por intermédio da Seed, e a Associação Instituto Iungo, sem a transferência de recursos orçamentários, foi realizado para promover formação continuada por meio do Programa Nosso Ensino Médio para representantes dos “Núcleos Regionais de Educação, [...] diretores, pedagogos e docentes das 1697 escolas da Rede Estadual que ofertam Ensino Médio e que irão implementar o Novo Ensino Médio a partir de 2022” (Paraná, 2022b, p. 1). O Instituto Iungo é responsável por “elaborar o conteúdo e ministrar as ações pedagógicas acordadas entre as partes” (Paraná, 2022b, p. 2).

Esse é um bom exemplo de APH voltados à formação docente. No Relatório Anual de 2023, o Iungo celebra os seus quatro anos de existência e de reconhecimento por atuar “no âmbito da educação no Brasil, em especial para o fortalecimento dos principais agentes da transformação da escola: os professores” (Associação Instituto Iungo, 2023, p. 3). O Iungo se autodetermina como “parte da solução dos desafios do Brasil e do mundo”, ressaltando o seu impacto por ter alcançado “[...] mais de 300 mil educadores em ações de formação docente, [...] em todos os estados do país” (Associação Instituto Iungo, 2023, p. 3).

O Iungo teve como cofundador e atual mantenedor o instituto empresarial MRV, uma “organização sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento e manutenção de programas educacionais em todo o país” (Instituto MRV, 2024). Outro mantenedor desde 2020 é o Movimento Bem Maior, que se autodefine como um “Movimento de filantropia voltado a financiar ações estruturadas de alto impacto no campo social no país” (Associação Instituto Iungo, 2024).

São objetivos específicos definidos: “Apresentar as juventudes brasileiras e tratar do protagonismo juvenil na escola e do projeto de vida dos estudantes como elementos estruturantes e impulsionadores do currículo e das práticas escolares no Ensino Médio” (Paraná, 2022f, p. 2). A formação proporcionada pelo Instituto Iungo para a rede pública estadual do Paraná pressupõe a realização de “trilhas online e autoinstrucionais disponibilizadas na Plataforma do Nosso Ensino Médio” (Paraná, 2022f, p. 4).

Sabemos que há um aspecto essencial, um elemento-chave no início do processo de implementação da reforma: a capacidade de atribuir significado ao ensino. Nesse contexto, de acordo com a explicação de Macedo e Silva (2022, p. 5), “o componente curricular 'Projeto de Vida', em articulação com o empreendedorismo, é um terreno fértil para a atuação dessas organizações na medida em que se trata de uma novidade para a qual os professores não foram formados”. Estes estão sendo formados por meio de projetos e programas via parcerias com o Estado, ao mesmo tempo em que essas organizações atuam com o Estado ou pelo Estado.

Os APH têm levado a uma padronização e adaptação do sistema público de ensino de acordo com as demandas corporativas. A condução da política educacional manifesta-se na criação e divulgação de conteúdos e ideias, bem como na organização do ensino e na definição de prioridades, enquanto desvaloriza o planejamento escolar e o papel dos professores. Nesse contexto, a padronização curricular e pedagógica é promovida a partir da interpretação de tais instituições, sem considerar as necessidades reais dos estudantes nem a participação democrática da sociedade, conforme denunciam Evangelista e Gonsales (2024, p. 34):

Encontramos um cenário de adoção desorganizada das plataformas educacionais, com soluções sendo adotadas como se fossem gratuitas, o que marca o desconhecimento, por parte dos gestores, do modelo de negócio das empresas, baseado em dados, vigilância e na exploração comercial das informações. [...] O incremento da plataforma nessas moldes aponta para a perda, por parte do Estado, da capacidade de

organizar e projetar um sistema educacional de acordo com princípios democráticos e com a participação da sociedade.

São várias as frentes de atuação empresarial. A padronização do currículo por meio de plataformas, cursos gratuitos, consultorias e material didático oferecidos visa atender às necessidades do mercado e é realizada de forma centralizada pelo Estado como política educacional oficial, causando um impacto significativo nas escolas e na comunidade educativa.

Considerações finais

O extenso cardápio, em nome da gratuidade, vai entrando, organizando, definindo, instituindo, moldando e impactando não só a rotina do Ensino Médio, como também sua função social. Essa não é uma realidade inédita: a força dos aparelhos de hegemonia, aliada à política de Estado na execução da reforma, gera um alcance em termos de forma e conteúdo jamais experimentado antes. Podemos dizer que é o novo do velho pragmatismo empresarial das reformas dos anos de 1990. Quanto à formação dos jovens, novas formas de viver e compreender fenômenos sociais aos poucos se delineiam em “projeto de vida”. Diante de uma realidade marcada pela intensificação da concorrência, pelo desemprego e pelo subemprego – situações que ultrapassam as possibilidades de atuação do sistema educacional –, destaca-se principalmente o fortalecimento na aquisição de competências.

Ao mesmo tempo, apostando na prevalência do desinteresse em cultivar a atitude interessada, podemos prever o surgimento de uma competição acirrada entre os institutos, as fundações e as empresas nos estados federais mais relevantes para expandir sua presença e poder. Inicialmente, as empresas competem para disponibilizar seus produtos e serviços gratuitamente. Embora esses serviços sejam anunciados como um benefício sem custos voltado para o interesse público, na prática eles estão simplificando o acesso às plataformas das empresas, criando novas demandas de serviços e redes de apoio e financiamento dos seus produtos. Dessa forma, eles alcançam visibilidade e criam mercado. Sob a pretensão de oferecer algo gratuitamente, estabelecem “padrões de cima para baixo” combinados com “metas de desempenho” e avaliação. Além disso, há uma diminuição do investimento público e um aumento na parceria com entidades privadas (Evangelista; Gonsales, 2024).

Dentro desse cenário, o governo estabelece um mercado e abre oportunidades, mesmo que a princípio não haja interesse na transferência de recursos. É fundamental caracterizar esse mercado. Estamos nos referindo a um mercado de políticas, uma vez que são os agentes privados que alojam recursos materiais e humanos, encarregando-se de elaborar conteúdos e recursos educativos, de conduzir avaliações, de produzir e coletar dados, de oferecer cursos e de desempenhar a formação contínua de gestores e professores.

Portanto, os agentes privados exercem uma função ativa na formulação das políticas educacionais, influenciando a realidade e gerando demandas. Em contrapartida, a participação ativa da comunidade escolar na elaboração do seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) é reduzida e conduzida a uma mera formalidade secundária. Possivelmente, devido às novas exigências, ela nem se dá conta do modo como a função social da escola está sendo conduzida. Nesse cenário, uma escola desprovida de projeto passa a agir como usuária, adaptando-se e disseminando o que lhe é atribuído, o que resulta em uma gestão com foco limitado no controle de projetos e programas, cujo planejamento não atende às necessidades dos alunos e da comunidade. Isso favorece o capital, no qual os APH atuam como extensões do governo, estabelecendo uma forma alternativa de governança que tende a obscurecer o debate democrático no contexto da política educacional, marginalizando as escolas e as associações científicas.

Referências

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO. **Relatório Anual 2023**: conexões que transformam a educação. 2023. Disponível em: https://iungo.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio_anual_2023.pdf Acesso em: 13 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO. **Parceiros**. 2024. Disponível em: <https://iungo.org.br/parceiros/> Acesso em: 1 abr. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6840, de 27 de novembro de 2013**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1200428&filename=PL%206840/2013 . Acesso em: 1 ago. 2024.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. Itinerários formativos e 'liberdade de escolha': Novo Ensino Médio em São Paulo. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 509-534, maio/ago. 2022. Acesso em: 1 ago. 2024.

KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. Trabalho, educação e juventude: o pragmatismo empresarial na educação pública paranaense (2020-2024).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Educação para o mundo do trabalho**: Documento Conceitual. Brasília: CNI, 2013. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/18/55/185558e5-2668-4ebc-bf82-b22dd12a595f/20131217145833350061a.pdf Acesso em: 1 ago. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Serviço Social da Indústria. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Instituto Euvaldo Lodi. **Educação STEAM**: insumos para a construção de uma agenda para o Brasil. Brasília: CNI, 2021. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/50/78/5078a52e-c7f9-4bdb-815f-7282862670ff/educacao_steam.pdf Acesso em: 1 ago. 2024.

CORSINI, Camila. 'Crianças demonizam CLT': carteira assinada vira ofensa entre os jovens. Curitiba: FEEB/PR., 2025. Disponível em: <https://www.feebpr.org.br/noticia/icgf-criancas-demonizam-clt-carteira-assinada-vira-ofensa-entre-os-jovens> Acesso em: 20 mar. 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara Barros. Educação Profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 165-188, jan./mar. 2016.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 10, n. 15, p. 1-29, dez. 2012.

EVANGELISTA, Rafael de Almeida; GONSALES, Priscila. A plataformização da educação no Sul Global e seus laços com os atores do capitalismo de vigilância. In: ALVES, Lynn; LOPES, David (org.). **Educação e plataformas digitais**: popularizando saberes, potencialidades e controvérsia. Salvador: EDUFBA, 2024. p. 17-37.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV: UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 8, n. 14, p. 15-35, jan./jun. 2020.

GALZERANO, Luciana Sardenha; MINTO, Lalo Watanabe. Capital fictício e educação no Brasil: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 47, p. 61-80, 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS – GIFE. Censo GIFE 2022-2023 Coordenação de Patrícia Kunrath Silva. São Paulo: GIFE, 2023. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2022-2023> Acesso em: 20 jun. 2024.

KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. Trabalho, educação e juventude: o pragmatismo empresarial na educação pública paranaense (2020-2024).

INSTITUTO MRV. **Sobre nós:** somos movidos pelos sonhos dos nossos realizadores do futuro. 2024. Disponível em: <https://institutomrv.com.br/sobre-nos/> Acesso em: 9 jul. 2024.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **Educação profissional e tecnológica emancipatória:** juventudes e trabalho. São Paulo: Fundação Itaú para a Educação e Cultura, 2020. https://d1kteeaw0oqp5l.cloudfront.net/documents/document/file/15/Livro_EPT.pdf

KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A Tríade da Reforma do Ensino Médio Brasileiro: Lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, n. 222442, p. 1-14, 2020.

LIMA, Beatriz Oliveira de Almeida; MOURA JÚNIOR, Romero Mendes Freire de. Performatividade algorítmica e o sistema de recomendação do YouTube: possíveis trilhas para o ensino de ciências. In: ALVES, Lynn; LOPES, David (org.). **Educação e plataformas digitais:** popularizando saberes, potencialidades e controvérsia. Salvador: EDUFBA, 2024. p. 101-127.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de; SILVA, Marlon Silveira da. A promessa neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o Ensino Médio: felicidade como projeto de vida. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-23, 2022.

MICHETTI, Miqueli. A vida como projeto: a pedagogia do homo economicus e as iniciativas de fomento ao “espírito do capitalismo” via educação pública. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 55, n. 3, p. 302-314, set./dez. 2019.

MICHETTI, Miqueli. Transformações no ethos de elites econômicas: abertura e denegação social na produção da convicção de elite. **Tempo Social**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 59-84, set./dez. 2023.

NOMA, Amélia Kimiko; KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. Trabalho e educação em documentos de políticas educacionais. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 10, n. 38e, p. 65-82, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38e.8639751. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639751> . Acesso em: 13 ago. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Acordo de Cooperação n.º 202200005** - Fundação Itaú para Educação e Cultura. Curitiba: SEED, 2022a. Disponível em: <https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@34da8c1e-1115-4e1e-ac9a-ec099a6b1e11&emPg=true> Acesso em: 1 out. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Acordo de Cooperação n.º 202200009** - Associação Instituto Iungo. Curitiba: SEED, 2022b. Disponível em: <https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf->

KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. Trabalho, educação e juventude: o pragmatismo empresarial na educação pública paranaense (2020-2024).

escriba-seed@2a67b880-3bd8-437f-a0ca-1c30ccb089bd&emPg= Acesso em: 1 out. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Acordo de Cooperação n.º 202200017** - Secretaria de Estado da Educação do Paraná e Khan Academy Brasil. Curitiba: SEED, 2022c. Disponível em:

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@98353782-8022-4e7a-883e-a31368373645&emPg=true> Acesso em: 1 jul. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação n.º 202200005** - Fundação Itaú para Educação e Cultura. Curitiba: SEED, 2022d. Disponível em:

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@e4d136c3-aa67-45dc-bc27-f4939dd89434&emPg=true> Acesso em: 1 jul. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação n.º 202200017** - Secretaria de Estado da Educação do Paraná e Khan Academy Brasil. Curitiba: SEED, 2022e. Disponível em:

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@67f2bec5-fe90-4afa-810e-edcb55f0761f&emPg=true> Acesso em: 1 jul. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Termo de Convênio nº 202200008 com Sincroniza Orientação e Assessoria em Educação LTDA. e Instituto Lemann**. Curitiba: SEED, 2022f. Disponível em:

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@7b3eb675-d9e8-4b84-abef-1e035ff25825&emPg=true> Acesso em: 1 out. 2023.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em:

<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.html> Acesso em: 03 ago. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Análise sobre o projeto de lei nº 5.230/2023, enviado pelo Ministério da Educação ao Congresso Nacional, sobre o Novo Ensino Médio**.

Nov. 2023. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/03/Nota-tecnica_Novo-Ensino-Medio_novembro_Todos-Pela-Educacao-1.pdf Acesso em: 1 jul. 2024.

Licença: Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro coautor) que outorga o direito da primeira publicação ao Jornal de Políticas Educacionais. Outras informações da licença Creative Commons encontram-se em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/a/s autor/a/es/as e pelo periódico.